

# O Senador

## Luiz Alves de Lima e Silva

1823-1890

Consulor Jurídico do Senado Imperial

Caxias não foi apenas o soldado que, a partir das lutas pela independência da Bahia, a 3 de maio de 1823, se afirma e se engrandece a cada instante, em lutas formidáveis, até a arrancada extraordinária e grandiosa de Itororó, Avaí e Lomas Valentinas, quando, pelo seu gênio militar, sua bravura, seu caráter e seu coração generoso, alça-se à posição de grande, entre os grandes generais de todos os tempos e lugares.

Não foi, também, somente o notável estadista que, com raro tato, pacificou o Maranhão, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Soldado valoroso e estadista de escol, Caxias soube ser, também, no plano público de atividades, um parlamentar eficiente, quando, escolhido senador pela Carta Imperial de 1º de setembro de 1845, pelo Rio Grande do Sul, ingressou na Câmara Alta, ali principiando uma atuação consciente e patriótica, a partir de 11 de maio de 1846.

Quis, Luiz Alves de Lima e Silva, ser senador, para tanto se entendendo com Osório, outro grande general, a quem, em carta, pediu, primeiro, que fosse cabalar forte por sua candidatura, e, depois, agradeceu o apoio dado à sua indicação.

Biógrafos de Caxias e historiadores outros insistem em falar do seu "horror à política".

A verdade, todavia, é que Caxias não teve, jamais, esse horror à política.

Pode, isto sim, ter tido horror à politicagem. Mas a politicagem é o oposto à política e aquilo que mais mal lhe faz, porque a deforma, a desvirtua, a desvaloriza.

A conduta e, sobretudo, a obra de pacificação que realizou no Maranhão, em São Paulo, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul revelam, em Luiz Alves de Lima e Silva, um político autêntico, tomada a palavra política em sua alta acepção de Ciência do Estado ou de Arte de Governar.

Porque, na direção daquelas Províncias, o seu procedimento, inteligente, humano e patriótico, foi o procedimento de um estadista, ou seja, de um verdadeiro político.

Ser político não é, como pensam os maus políticos, ou aqueles que têm da política uma visão errônea, ser "raposa".

Ser político não é saber enganar, trapacear, mentir, indefinir-se e indefinir...

Ser político é estar integrado nos superiores interesses da Pátria e por eles trabalhar.

Ser político é ter a visão global dos problemas da coletividade, é saber equacioná-los e orientá-los para soluções possíveis.

Pode, assim, ser político quem nunca ocupou nenhum cargo eletivo, como pode não o ser aquele que passou a vida pelos corredores das câmaras legislativas.

Caxias, que se deu, todo, às causas maiores de seu País; que foi magnânimo com os vencidos; que foi tolerante para com os inimigos; que foi bom para os humildes e que foi altivo para com os poderosos, afirmou-se, por isso mesmo, uma personalidade eminentemente política.

Não é de estranhar, por isso, que, no Senado, onde representou o Estado do Rio Grande do Sul, atuasse de modo positivo e, até mesmo, algumas vezes, brilhante.

É certo que, militar de profissão, a sua presença, na Câmara Alta, se fez mais proveitosa no estudo, discussão e encaminhamentos de projetos relativos à defesa nacional e a assuntos militares de um modo geral.

Nada há, nisso, a estranhar, pois os juristas, os médicos, os economistas e os professores, quando parlamentares, salientam-se mais, igualmente, nos setores de sua especialização, onde são devidamente lotados.

Entretanto, quando provocado — e o foi, numerosas vezes — Caxias portou-se com desembaraço e, não raro, soube confundir seus opositores, incluindo, entre eles, parlamentares experientes e de renome.

O incidente parlamentar mais famoso e mais comentado, em que Caxias se viu envolvido, quando no Senado, verificou-se na ocasião em que o Visconde de Albuquerque, temido por suas virulentas catilinárias, acusou Caxias, dele dizendo ter sido, quando Presidente do Conselho, “um instrumento de oligarquia”.

Luiz Alves de Lima e Silva, sereno, objetivo e irônico, foi perfeito na resposta, digna dos mais hábeis parlamentares:

“Sr. Presidente, é preciso que se fique sabendo que o nobre Senador não é aquele homem que parece ser à vista do que nesta Casa costuma dizer; e peço ao Senado que haja de não o julgar pelas palavras que profere. O nobre Senador é um bom pai de família, grande cidadão, excelente cavalheiro, um completo homem de bem. Quando eu não conhecia de perto S. Ex<sup>ª</sup> (e isso mesmo já lhe disse em particular), fazia dele uma idéia muito diferente da realidade, por causa das palavras que costumava proferir nesta Casa. Depois que servi com o nobre Senador e travei com ele relações de amizade, reconheço, com grande satisfação minha, que S. Ex<sup>ª</sup> não era nem por sombra um homem que constantemente ameaça a todos e a tudo com bacamarte e balas na cabeça. Não, senhores, o nobre Senador é incapaz de matar um passarinho...”

Afonso de Carvalho, lembrando esse episódio, em que Caxias transforma o lobo feroz em manso cordeiro, comenta:

“Todo o Senado ri... menos o Visconde de Albuquerque.”

Mas Caxias não ficou nisso. Foi além da ironia. Homem de opinião, pertencendo ao Partido Conservador e servindo à Coroa, foi claro e positivo em suas palavras:

“Quanto a meus serviços não receio que seja exibida aqui, ou em qualquer parte, a minha fé de ofício. Ela é tão limpa, tão cheia de serviços, tão nobre, que não pode senão fazer-me muita honra sempre que for trazida à luz do dia. (*Muitos apoiados.*) Não há em toda a minha vida, quer privada, quer pública, um fato que possa envergonhar-me. (*Muitos apoiados.*) Desde a

infância abracei e segui a carreira das armas. Sou filho e neto de soldado. De todas as honras de que gozo no Império prezo sobremaneira as que tenho merecido como militar.

Em toda a minha vida tomei por norma obedecer sempre, sem hesitar, a todas as ordens do Governo. Depois que entrei para o Parlamento, tendo de manifestar uma opinião política, encostei-me sempre àqueles homens que, por suas idéias e seu procedimento, pareciam-me oferecer maiores garantias de ordem ao meu País. Tenho-me conservado inabalavelmente fiel a estas idéias. (*Apoiados.*)

É a isto que o nobre Senador chama oligarquia? Se é, então é certo que a tenho sempre sustentado. Mas se fora disto existe alguma outra entidade a quem eu tenha servido de instrumento, o nobre Senador só me faria grande obséquio, como até cumpriria um dever, declarando francamente qual é ela e onde existe.”

Como se vê, por formação militar e por convicção doutrinária, Caxias, praticando a fidelidade partidária, revela-se, isto sim, um instrumento da ordem, sem a qual a Pátria não poderia progredir.

Não parou aí, entretanto, o Duque de Caxias, em sua réplica ao Senador por Pernambuco. Foi adiante. E, dessa vez, foi mordaz:

“Quando S. Ex<sup>ª</sup> entrou para o Ministério já eu me achava no Rio Grande do Sul havia dois para três anos. Não foi, pois, o nobre Senador quem me nomeou, nem o Ministério de que fazia parte.

Tanto S. Ex<sup>ª</sup> como seus colegas não fizeram mais que continuar a depositar em mim a mesma confiança que eu havia sempre merecido de seus antecessores, de qualquer partido que fossem. De S. Ex<sup>ª</sup> o que tive de particular, foi uma carta que o nobre Senador teve a bondade de escrever-me, felicitando-me por eu ter sido escolhido Senador. Ora, nessa ocasião já eu era instrumento da oligarquia? Ou ela ainda não existia?”

Como se vê, Caxias também sabia manejar as armas da malícia.

O “pega” com o Visconde de Albuquerque não se restringiu a esse evento.

Na mesma sessão, de 19 de agosto de 1861, Caxias, em discussão com ele, teve ensejo de proceder a uma tomada de posição que valeu como uma lição de democracia.

Rebatendo as críticas do Visconde, assim falou, satírico, Luiz Alves de Lima e Silva:

“O nobre Senador está também constantemente a clamar contra as maiorias, insinuando que não se lhes deve dar atenção. Entretanto, quando S. Ex<sup>ª</sup> está no Ministério, não há quem tenha mais atenções para com as maiorias. Eu fazia parte da maioria que sustentava o Ministério a que o nobre Senador pertencia, e lembra-me ainda bem que S. Ex<sup>ª</sup> afagava-me o mais que possível...”

Bem. Então por que não se cansa o nobre Senador em pregar contra as maiorias, insinuando que é preciso abatê-las? É uma causa, na verdade, incompreensível, não só porque está em oposição com o que o nobre Senador pratica quando está no poder, como porque é impossível governar sem maioria em um país regido pelo sistema representativo...”

De outra feita, em debates com Souza Franco, tem Caxias nova oportunidade de manifestar seus dotes parlamentares, dando outra lição a seu colega, desta vez de respeito à Constituição.

Discutia-se o projeto de lei de fixação das Forças Armadas, defendida por Caxias e combatida por aquele Senador.

Eis o diálogo travado entre eles:

*Caxias:* Mas a prática constante tem sido proceder-se também a esta fixação. No Ministério de que fez parte o nobre Senador que acaba de sentar-se, assim se fez; pediu-se o destacamento de 4.000 praças. Aqui está a lei.

*Souza Franco:* Acabemos por uma vez com as práticas inúteis.

*Caxias:* Parece-me que o nobre Senador devia ter-se lembrado disto no seu Ministério; agora já é um pouco tarde.

*Souza Franco:* Nunca é tarde para emendar um erro.

*Caxias:* A verdade é que a Constituição manda fixar todos os anos as forças ordinárias e extraordinárias.

*Souza Franco:* A Constituição não tolera leis inúteis.

*Caxias:* Não pode ser inútil uma lei que a Constituição manda expressamente que se faça.”

Caxias, é óbvio, venceu, mais uma vez.

Assim foi, ainda, em outras ocasiões.

O grande militar jamais se apequenou no Parlamento, antes sempre soube ser digno do Senado, onde sempre atuou com discernimento e patriotismo.

Já vimos como soube terçar, com adversários valorosos, as armas da oratória.

E vimos, também, como as suas qualidades de político autêntico sempre se espelharam em seu procedimento, fora e dentro do Parlamento.

Ocorre, porém, que política, para Caxias, como para quem tem, dela, uma alta compreensão, é algo de muito elevado, de muito nobre, não podendo nem devendo, jamais, ser confundida com politicalha, que é a contrafação da política.

Por isso mesmo, Caxias, conquanto do Partido Conservador e servindo, sem vacilações, ao Trono, não poderia, jamais, concordar em que os interesses da Pátria fossem, uma só vez, sequer, prejudicados em favor de interesses partidários.

Assim, quando dele se cogitou, a propósito de sua nomeação em Chefe das Forças Brasileiras na Guerra do Paraguai, reivindicava ele, como condição necessária ao êxito de sua missão, também a presidência da Província do Rio Grande.

Depois de prévias conversações com Caxias, disse-lhe, afinal, o Sr. Rohan:

“Propus aos meus colegas a nomeação de V. Ex<sup>ª</sup> nos termos em que havíamos acordado; todos foram unânimes em que V. Ex<sup>ª</sup> fosse nomeado Comandante-em-chefe, mas não Presidente da Província, porque esta última nomeação iria prejudicar a política do Partido.”

Comentando o fato, explicou Caxias, no Senado:

“Não pude deixar de observar ao Sr. Rohan: Pois em uma ocasião destas em que a Província do Rio Grande está ameaçada de uma invasão, há quem se lembre de partidos? Creia V. Ex<sup>ª</sup> que a Província toda reunida não será demais para resistir, como convém, à invasão dos paraguaios; como, pois, atender em tão graves circunstâncias a interesses de partidos?”

Como se vê, o verdadeiro político, nesse evento, foi Caxias, e não os Ministros que não o desejaram na presidência da Província. Seu pensamento estava na Pátria, preocupação maior de político autêntico.

Aliás, costuma-se sempre recordar as palavras de Caxias no Maranhão — “mais militar que político”, como argumento do seu inexistente “horror à política”.

A própria frase evidencia que ele se sentia, também, um político, apenas o seria menos do que *militar*, pois era militar de carreira.

Mesmo no caso da presidência do Rio Grande, que não queriam dar a Caxias, a sua reação, ao censurar aqueles que colocavam os interesses partidários acima dos da Província e do Brasil, foi a reação de um político, não de um “político de aldeia”, não de um homem de partido, não do “conservador”, do “homem de governo”, mas de um político verdadeiro, pois viu as coisas em sua globalidade, em suas correlações profundas, em suas interdependências necessárias, e as viu do ângulo nacional e não do estrito ponto de vista provinciano.

Reagiu como um dia reagiu Getúlio Vargas, que, censurado por haver nomeado interventor no Rio Grande um cidadão que não era gaúcho, confundiu seu interlocutor com essa resposta contundente, mas de autêntico político:

“Se um gaúcho pode governar o Brasil, por que um brasileiro não pode governar o Rio Grande?...”

O momento político brasileiro nos mostra um Governo com uma constante: a continuidade de militares na Presidência da República, o que faz oportuno recordar a figura daquele que, dos maiores soldados que já existiram, soube, nos altos postos civis que ocupou, afirmar-se um estadista, um político de alto merecimento, o pensamento sempre dirigido para a ordem e o progresso do País e o coração sempre estuante de sentimentos humanitários.

Caxias, como Napoleão, como Alexandre Magno e tantos outros grandes militares, demonstrou, mais uma vez, que a condição de soldado não exclui a de cidadão, porque civil e militar não se opõem, antes se completam, quando no cidadão e no soldado se conjugam aquelas virtudes raras do homem público, isto é, do *político*.

Foi como político que o soldado Caxias agiu quando, na “abrilada”, fingiu não ver Miguel de Frias trancado num quarto da casa de um amigo; quando, para enfrentar, no Maranhão, as hostes do Balão, em zona inóspita e desconhecida, cuidou, antes, de bem inteirar-se das peculiaridades da região, mandando abrir estradas, com o que talvez tenha

evitado o que aconteceu em Canudos, quando numerosas tropas regulares foram fragorosamente batidas pelos fanáticos amotinados...; quando, com grandeza, enfrentou, em São Paulo, o grande Feijó; quando, vitorioso em Minas, ao invés de gabar-se de seus êxitos, preferiu exaltar as qualidades do povo montanhês; quando, completando a vitória pelas armas, pacificou o Rio Grande do Sul e uniu todos os gaúchos para a luta contra o inimigo comum, então simbolizado em Oribe e Rosas.

E foi como soldado que agiu o político Luiz Alves de Lima e Silva quando, no Senado, defendeu, com veemência, a Lei de Fixação das Forças Armadas, a Lei de Pensões dos Militares e a nomeação do Conde d'Eu para o comando das nossas forças na guerra contra o Paraguai, que ele já tinha vencido...

Em síntese, Caxias, soldado insuperável, foi, também, um estadista invulgar, isto é, um legítimo político, que só o político autêntico possui o instinto divinatório da condução das coisas do Estado.

Soube, ele, inclusive, praticar o difícil ofício político de "engolir sapo", ao "não passar recibo" das injustiças, incompreensões e infâmias de que, como todo grande homem, foi vítima, até mesmo por parte do Imperador.

Um homem assim, tendo tido assento no Senado, em cadeira que inegavelmente honrou, não poderia ser esquecido na hora em que se festeja o sesquicentenário da instituição, no Brasil, do Poder Legislativo.

Porque a lembrança do seu exemplo há de ser edificante, igualmente, para civis e militares.

#### OBRAS CONSULTADAS

"Apontamentos para a História Militar do Duque de Caxias" — Por Eudoro Berlink — Brigulet e Ca.-Editores, Rio, 1934.

"Novos aspectos da figura de Caxias" — Por E. Vilhena de Moraes — Leuzinger S.A., Rio, 1937.

"Caxias" — Afonso de Carvalho — Livraria J. Olímpio, 1942, Rio.

Documentos do Senado fornecidos pela Seção de Arquivo Histórico da Subsecretaria de Arquivo.